

ATA DA 027ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 15h25, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação das redações finais da Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2026; do Projeto de Lei Complementar n. 0014/2026; e dos Projetos de Lei números: 0674/2025, 0174/2026, 0243/2026 e 0320/2026.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Pedido de Informação n. 0106/2026, de autoria do Deputado Berlanda, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde informações acerca da fila por consultas de proctologia e exames de coloproctologia no SUS da Grande Florianópolis,

tempo de espera, quadro de especialistas e medidas para redução da demanda reprimida.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0183/2026, de autoria do Deputado Lunelli, manifestando ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, apelo para que as frentes "taxa das blusinhas", Norma Regulamentadora N°1 e fim da escala 6x1 sejam mais discutidas e analisadas, deixando eventuais votações para o próximo ano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria com manifestação de voto contrário do Deputado Marquito.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0374/2026, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; 0375/2026 e 0376/2026, de autoria do Deputado Lucas Neves.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Defendeu a regulamentação das emendas parlamentares impositivas em Santa Catarina, classificando a medida como uma adequação necessária ao cenário nacional, embora tenha ressaltado que o Estado não teria cometido os problemas que motivaram a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF).

Afirmou que Santa Catarina possui histórico de boa gestão das emendas parlamentares, mas precisou

se adequar às novas regras estabelecidas nacionalmente para atender às determinações do STF voltadas à fiscalização e à transparência na aplicação desses recursos.

Destacou que o dinheiro público, em Santa Catarina, é corretamente aplicado em benefício dos municípios, auxiliando prefeitos e vereadores na execução de obras e investimentos. Argumentou que a Assembleia Legislativa catarinense precisou se enquadrar às novas exigências devido a irregularidades registradas em outros estados, onde recursos de emendas parlamentares teriam sido desviados ou não chegaram à finalidade prevista em razão de casos de corrupção.

Também enfatizou que os deputados estaduais catarinenses atuam com responsabilidade na destinação das emendas parlamentares, afirmando não haver histórico ou suspeitas de uso indevido desses recursos no âmbito da Alesc.

Ao tratar dos impactos da regulamentação, mencionou a exigência de destinação de 50% das emendas parlamentares para a área da saúde, apontando a medida como parte do processo de readequação imposto pelo cenário nacional.
[Taquiografia: Milyane]

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Enfatizou a necessidade de transformar a gestão pública em relação aos desastres climáticos, defendendo que ações preventivas devem ser priorizadas em vez de medidas adotadas apenas após a ocorrência de tragédias.

Argumentou que a prevenção ainda é frequentemente tratada como exagero antes da ocorrência de eventos extremos, embora, após os desastres, a urgência das ações passe a ser consenso. Ressaltou que investimentos em prevenção representam economia aos cofres públicos, mencionando dados da Organização das Nações Unidas (ONU) segundo os quais cada dólar aplicado em medidas preventivas evita perdas significativamente maiores durante os processos de reconstrução.

Também alertou para projeções internacionais que indicam aumento na probabilidade de formação do fenômeno *El Niño* entre 2026 e 2027, com possibilidade de forte intensidade e impactos severos especialmente na região Sul do Brasil, incluindo previsão de chuvas acima da média entre os meses de setembro e janeiro.

Apesar de reconhecer a capacidade técnica da Defesa Civil de Santa Catarina, destacou a necessidade de ampliar o monitoramento climático e fortalecer a integração com os municípios na elaboração de planos emergenciais. Defendeu ainda o incentivo a soluções urbanas resilientes, como parques esponja e sistemas de drenagem sustentável.

Por fim, informou ter apresentado na Assembleia Legislativa uma indicação ao Governo do Estado sugerindo o fortalecimento das ações preventivas relacionadas aos riscos climáticos, além de um pedido de informações sobre as medidas de contingência já adotadas pelo Poder Executivo.
[Taquiografia: Milyane]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]